

CONCILIANDO ATIVIDADES” NOS IMAGINÁRIOS COLETIVOS SOBRE MATERNIDADE: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Carlos Del Negro Visintin

Tânia Maria José Aiello-Vaisberg

Resumo: O presente ensaio científico tem como objetivo tecer considerações preliminares sobre uma tendência contemporânea, bastante visível segundo a experiência de psicólogos clínicos: a demanda de que as mulheres sejam capazes de conciliar atividades profissionais com a maternidade, que se faz à luz de um imaginário segundo o qual a mãe biológica seria a melhor cuidadora dos filhos. Tal configuração tem-se revelado importante fonte de sofrimentos socialmente determinados que afetam as mulheres, suscitando diversos sentimentos penosos, entre os quais se destaca a culpa, pois, seja qual for a forma particular como a vida de cada uma se arranja, sempre sobram dúvidas importantes sobre o quanto cada mulher acerta ou não em relação aos filhos. Entretanto, a experiência clínica também tem demonstrado que a questão da conciliação entre maternidade e atuação profissional pode ser bastante influenciada pela ocorrência de problemas específicos, tais como aqueles relacionados a deficiências ou doenças dos filhos que, deste modo, exigem maiores cuidados. Tal quadro motiva a realização de pesquisas sobre imaginários de diferentes grupos sociais acerca deste tipo de situação, tal como a que estamos desenvolvendo atualmente, sobre o imaginário de estudantes de medicina acerca de mães de crianças que apresentam algum tipo de deficiência.

Palavras-chave: maternidade, profissão, crianças com deficiências, imaginários coletivos.

O sofrimento social de mulheres-mães

A clínica psicológica da maternidade tem indicado que, malgrado o maciço ingresso feminino no mundo laboral, a mãe continua sendo vista como a melhor cuidadora dos filhos (Aching & Granato, 2018; Granato & Aiello-Vaisberg 2013, 2016). Segue igualmente vigente a ideia de que, em última instância, deve repousar sobre seus ombros uma responsabilidade total ou quase total pelo bem-estar físico e psicológico da prole.

Paralelamente, as transformações sociais, ligadas à crescente urbanização da população, que desaguaram, desde a família extensa, na família nuclear¹ (Bock, Iutaka & Berardo, 1975)², tornaram as antigas solidariedades entre as mulheres de uma mesma família extensa dificilmente praticáveis, de sorte que marido e mulher, e muitas vezes apenas um deles, acabam por se constituir como os únicos adultos de cada domicílio, contando, eventualmente, com a presença de uma empregada doméstica (Tomás, 2013). Desaparecida a convivência entre as mulheres, veem-se as mães solitariamente diante das tarefas de cuidado dos filhos ou com a opção de recorrer ao parceiro ou à empregada em certos períodos do dia.

Além de solitária diante das necessidades dos filhos, exigindo-se como a melhor cuidadora, a mulher também se defronta com a necessidade de participar do sustento da casa e do mundo do trabalho. O cônjuge e os outros familiares não são chamados a assumir esta responsabilidade, mesmo quando “ajudam”³, enquanto, por outro lado, as instituições sociais, como creches, pré-escola e escola, teoricamente incumbidas a participar da proteção, do cuidado e da educação das crianças, não cumprem suas funções, por variados motivos, ligados às dificuldades do país em cumprir determinações constitucionais ligadas aos direitos sociais.

Em suma, parece-nos correto afirmar que a participação da mulher no mundo laboral parece não ter afetado de modo eficaz a efetiva participação dos pais, de outros familiares e das instituições sociais no cumprimento dos cuidados infantis, de modo que, mesmo quando as mulheres trabalham fora de casa, a responsabilidade por tais tarefas permanece sendo, na maioria das vezes, da mulher-mãe (Madalozzo & Blofield, 2017). Além disso, a partir de nossas pesquisas (Shulte, 2016; Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017), temos considerado, a possibilidade de entender tal conjuntura sobre a maternidade como

¹ Usamos aqui os conceitos de família nuclear e extensa segundo a definição adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), em seu artigo 25.

² Bock, Iutaka e Berardo (1975) destacam ter sido possível observar dois diferentes posicionamentos, no campo da sociologia, acerca desse fenômeno. Enquanto alguns consideraram que a crescente urbanização simplesmente desagregou os grandes conjuntos de parentesco em unidades nucleares, independentes e isoladas, outros acreditam que se instalaram novas condições que, mesmo encorajando a família conjugal com domicílio próprio, teria preservado a família estendida, sob forma de família estendida modificada, graças aos avanços tecnológicos na área das comunicações e dos transportes. No presente ano de 2018, quarenta anos depois, constatamos que a comunicação por celular e internet permite a manutenção de contato diário entre pessoas que residem a grandes distâncias, mas, por outro lado, a população enfrenta cotidianamente grandes dificuldades de deslocamento urbano nas grandes cidades, permanecendo horas em trânsito no transporte coletivo.

³ Colocamos o verbo ajudar entre aspas, porque este assume uma conotação muito especial no âmbito dos cuidados dos filhos, significando que a mãe, no imaginário coletivo, estaria na posição de devedora daquele que se ocupa da criança, pois este o faria como favor, já que a responsabilidade materna deveria ser compreendida como total e absoluta.

sofrimento socialmente determinado. A adoção de tal perspectiva exige certo detalhamento, de que nos ocuparemos a seguir.

Ao que tudo indica, o termo sofrimento social surgiu na literatura a partir da obra de Dejours (1987), para referir a experiências emocionais dolorosas vinculadas à precariedade laboral na França. Posteriormente, Kleiman, Das e Lock (1997) ampliaram este conceito, a fim de abarcar não somente as consequências subjetivas derivadas do trabalho, mas também aquelas relacionadas à pobreza, à guerra, à perseguição religiosa e à opressão feminina. Consideramos muito importante esta ampliação conceitual, na medida em que pode, claramente, favorecer e enriquecer pesquisas no campo da psicologia da maternidade.

De nossa parte, fundamentados nas contribuições da psicologia concreta, temos considerado proveitoso o uso do conceito de sofrimentos sociais. Nosso referencial teórico se baseia nas contribuições de Politzer (1928/2004) e Bleger (1963/1977), autores que propuseram uma perspectiva teórico-metodológica que adere ao uso do método psicanalítico, e a teorias relacionais derivadas, mas rejeita criticamente as teorizações metapsicológicas em função do elevado grau de abstração que apresentam. A psicologia concreta se insere, assim, no paradigma relacional da psicanálise (Greenberg & Mitchell, 1983), mas difere de outras teorias relacionais na medida em que valoriza fortemente os contextos macrossociais nos quais se inserem indivíduos e coletivos humanos. Desta feita, em um certo sentido, todo sofrimento seria social, pois as condições concretas de sua emergência fazem parte do fenômeno. Entretanto, por questão de precisão, temos reservado o uso da expressão sofrimento social para aludir a padecimentos que ocorrem em situações, explícitas ou mascaradas, de opressão, discriminação e exclusão, fomentando sentimentos de desamparo, humilhação, injustiça e culpa (Aiello-Vaisberg, 2017).

Considerando aquilo que mulheres-mães concretamente vivem, sabemos que a experiência de maternidade pode trazer inúmeras gratificações. Contudo, enquanto a prática clínica, em âmbito particular e institucional, bem como pesquisas científicas (Barbosa & Alvarez, 2016; Queiroz & Aragón, 2015), demonstram que exigências sociais de acordo com as quais a mulher deveria ser capaz de conciliar atividades profissionais e a dedicação exclusiva aos filhos, favorecem significativamente o mal-estar psicológico de mulheres.

Após muitas modificações econômicas e culturais da sociedade contemporânea, a entrada da mulher no mercado de trabalho parece ser um fenômeno praticamente irreversível. Contudo, a possibilidade de trabalhar profissionalmente fora do âmbito doméstico, ao que tudo indica, não desonerou as mulheres de permanecerem na posição de cuidadora das crianças. Tal constatação pode ser considerada empiricamente correta a partir de estudos, tais como o de Chesley e Flood (2017) que examinaram disponibilidade de tempo, ganhos e gênero em função do trabalho doméstico e profissional de mães e pais. Esses autores constataram que as mães gastam mais tempo cuidando das crianças do que os pais e também verificaram que, quanto mais tempo ambos os pais trabalham fora de casa, mais provável se torna a divisão de tarefas domésticas por gênero, o que inclui o cuidado infantil.

Há diversas pesquisas que convergem no sentido de apontarem que a mãe continua sendo vista como um ser de incriveis capacidades de doação aos filhos. Por exemplo, Muylaert, Delfini e Reis (2015), demonstram que, de acordo com o material estudado, a saber, prontuários de Centro de Atenção Psicossocial - Infantil, a mãe figura como principal cuidadora de crianças e adolescentes usuárias do serviço de saúde mental da rede pública, mesmo em casos em que também é a única responsável pela renda familiar.

Interessados nessa configuração comum, segundo a qual a mulher continua encarregada dos cuidados das crianças, mesmo quando assume compromissos laborais e responsabilidade por parte ou totalidade do sustento familiar, consideramos a possibilidade de pesquisar o que ocorre quando a criança necessita de maiores cuidados em função de problemática de algum tipo de deficiência. Viemos, portanto, a indagar-nos como se configuraria o imaginário coletivo sobre a mãe quando a criança necessita de mais cuidados do que o comum. Mais especificamente, perguntamo-nos como se seria imaginada a organização do cuidado de crianças cujos problemas afetassem seu desenvolvimento, mantendo-as mais dependentes dos adultos por períodos mais longos de tempo do que crianças saudáveis (Granato & Aiello-Vaisberg, 2002). Com tal proposição, a partir da qual realizamos um recorte metodológico de uma situação complexa, decidimos desenvolver uma pesquisa de doutorado, financiada pelo CNPq, trabalho que se encontra em andamento.

Optando pelo uso do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema - PDE-Tema (Aiello-Vaisberg, 1999), realizamos entrevistas coletivas com alunos de medicina,

solicitando-lhes que desenhassem uma mulher que tivesse um filho ou filha deficiente, bem como a escreverem duas histórias sobre o próprio desenho, uma relativa ao momento presente e outra imaginando a figura desenhada daqui 20 anos.

Entendemos que, no limite, esse tipo de pesquisa poderia ser realizado com qualquer dos múltiplos grupos da sociedade em que vivemos, pois essa questão, conquanto afete muito diretamente as mães de crianças pequenas, como constatamos, estudando *mommy blogs* (Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017), não recebe igual atenção das pessoas de modo geral. Escolhemos investigar o imaginário de universitários, vale dizer, de jovens adultos, de ambos os sexos, que se encontram empenhados em se preparar para assumir profissões de nível superior. Entre as diferentes carreiras, escolhemos a medicina, curso que exige muita dedicação aos estudos e impede praticamente que o aluno trabalhe concomitantemente à formação. Neste curso, nota-se a presença significativa de mulheres, que vem aumentando ao longo do tempo, que optam por uma carreira importante, do ponto de vista social, e que se defrontarão com a questão da conciliação de atividades profissionais e maternidade, seja por se tornarem mães por entrarem em trajetórias de vida que não incluirão a maternidade, seja por opção, seja em virtude de outras circunstâncias.

Referências

- Aching, M. C., & Granato, T. M. M. (2018). Role of a support network for refugee mothers. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 35(2), 137-147.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). *Encontro com a loucura: Transicionalidade e ensino de Psicopatologia*. (Tese de Livre-Docência). Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Estilo Clínico Ser e Fazer: Resposta Crítico-Propositiva a Despersonalização e Sofrimento Social. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 37(92), 41-62.
- Barbosa, A. R. G., & Alvarez, D. (2016). Trabalho feminino no setor offshore na Bacia de Campos-RJ: percepção das trabalhadoras e estratégias usadas na gestão dos tempos de vida e de trabalho. *Gestão & Produção*, 23(1), 118-131. doi: 10.1590/0104-530X1600-14
- Bleger, J. (1977). *Psicologia de la conducta*. Buenos Aires: Paidós. (Original publicado em 1963).
- Bock, E. W., Iutaka, S., & Berardo, F. M. (1975). Maintenance of the Extended Family in Urban Areas of Argentina, Brazil and Chile. *Journal of Comparative Family Studies*, 31-45.
- Chesley, N., & Flood, S. (2017). Signs of Change? At-Home and Breadwinner Parents' Housework and Child-Care Time. *Journal of Marriage and Family*, 79(2), 511-534.
- Dejours, C. (1987). *Loucura do trabalho*. São Paulo: Oboré.

16ª JORNADA APOIAR: ADOLESCÊNCIA E SOFRIMENTO EMOCIONAL NA ATUALIDADE

- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2002). A preocupação materna primária especial. *Psicol. clín*, 14(2), 87-91.
- Granato, T. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicologia Clínica*, 25(1), 17-35.
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2016). Interactive narratives in the investigation of the collective imaginary about motherhood. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(1), 25-35.
- Greenberg, J. R. & Mitchell, S. A. (1983). *Object Relations in Psychoanalytic Theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Kleinman, A., Das, V & Lock, M. (1997). *Social suffering*. Los Angeles: University of California Press.
- Madalozzo, R., & Blofield, M. (2017). How low-income families in São Paulo reconcile work and family? *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 215-240.
- Muylaert, C. J., Delfini, P. S. D. S., & Reis, A. O. A. (2015). Gender differences among relatives of children and adolescents in mental health services. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 25(1), 41-58.
- Politzer, G. (2004). *Crítica dos fundamentos da Psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba: Unimep. (Original publicado em 1928).